



PROJETO DE GESTÃO: AÇÕES INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Cristiane Perea Carvalho Guida¹

RESUMO

Este artigo sobre gestão propõe ações para formação e disseminação de ideias e práticas formativas para auxiliar o gestor escolar a estimular ações inclusivas para alunos com deficiência auditiva dentro e fora do âmbito escolar, ou seja, como líder educador favorecer atitudes no grupo de funcionários, aos professores, aos alunos e à comunidade. Este estudo pretende, por fim, impulsionar e efervescer ações para contribuir a inclusão dos alunos com necessidade especiais auditivas.

Palavras-Chaves: Escola Inclusiva. Gestão. Deficiência Auditiva.

ABSTRACT

This article on management proposes actions for training and dissemination of formative ideas and practices to help the school manager to stimulate inclusive actions for students with hearing impairment within and outside the school environment, that is, as an educator leader favor attitudes in the group of employees, teachers, students and the community. This study aims, finally, to boost and effervesce actions to contribute to the inclusion of students with special hearing needs.

Keywords: Inclusive School. Management. Hearing Impairment.

RESUMEN

Este artículo sobre gestión propone acciones de formación y difusión de ideas y prácticas formativas para ayudar al director de la escuela a estimular acciones inclusivas para los estudiantes con discapacidad auditiva dentro y fuera del entorno escolar, es decir, como líder educador favorece las actitudes en el grupo de empleados, profesores, estudiantes y la comunidad. Este estudio tiene como objetivo, finalmente, impulsar acciones para contribuir a la inclusión de estudiantes con necesidades auditivas especiales.

Palabras clave: Escuela Inclusiva. Administración. Discapacidad Auditiva.

¹ Pedagoga, especialista em Neurociência e Educação Musical. E-mail: cristianepe-
rea@uol.com.br



INTRODUÇÃO

Este artigo sobre gestão terá como foco propor ações para formação e disseminação de ideias e de práticas formativas para auxiliar o gestor escolar a estimular ações inclusivas para alunos com deficiência auditiva dentro e fora do âmbito escolar, ou seja, como líder educador favorecer atitudes no grupo de funcionários, aos professores, aos alunos e comunidade. Enfim, impulsionar e efervescer ações para contribuir a inclusão dos alunos com necessidade especiais auditiva.

O melhor caminho para incluir é por meio de projetos, assim a escola pode melhorar o desempenho e a sociabilidade do aluno com deficiência auditiva, quando valoriza a comunicação visual e fortalece a sua autoestima. Cabe ao gestor transformar a escola em um espaço inclusivo e, para isso, é necessário um projeto pedagógico que reflita os ideais do coletivo e dos atores sociais que compõem e vivem na escola.

A concepção inclusiva é mais do que a escola ter rampas e banheiros adaptados. Dessa forma, surge a seguinte questão: *o que é inclusão?* Segundo o dicionário Aurélio, incluir significa *estar incluído ou compreendido; fazer parte; inserir-se*. No entanto, quando falamos de pessoas que devem ser incluídas na escola regular, estamos falando mais do que fazer parte, sendo assim, incluir significa reconhecer a pessoa com deficiência como cidadão, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social.

Sob este ponto de vista, a inclusão implica a formulação e a reformulação de políticas educacionais que possuam caráter inclusivo. A inclusão implica uma educação que valorize as diferenças entre as pessoas e que possuam ideias democráticas de uma educação para todos.

Em nível nacional, é possível observar que as políticas públicas por meio da legislação têm se manifestando em favor da educação inclusiva. A partir das diretrizes provenientes da Declaração de Salamanca de 1994, muitas mudanças vêm ocorrendo, indicando a necessidade de os profissionais trabalharem no mesmo espaço e tempo, com crianças que apresentem as mais diferentes formas de habilidades, capacidades, comportamentos e história de vida com a abertura, valorização do diferente e a diversidade.



A inclusão discute, também, a importância da formação de professores e a adequação da estrutura do espaço escolar para receber alunos com deficiência e que possam garantir a estes alunos educação de qualidade, respeitadas suas especificidades.

A Declaração de Salamanca (1994) traz em seu texto as seguintes considerações:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma (BRASIL, 1994).

Nesse aspecto, destacamos a importância desta declaração, por tratar de questões atualmente discutidas, em que serão percebidos aspectos relacionados ao preconceito, à discriminação, à exclusão social dentre outros. Apresenta significativa importância no que se refere ao reconhecimento do valor humano destes indivíduos, bem como propõe que a escola inclua em suas atividades, seus currículos e através de seus professores, serviços que realmente estejam de acordo com as necessidades de seus alunos, das famílias e da comunidade e que propiciem uma educação que favoreça a formação de cidadãos instruídos.



Portanto, pensando no gestor escolar como líder, modelo de educador e pioneiro nas atitudes, este teve proporcionar formações acerca do preconceito, à discriminação, à exclusão social, logo a inclusão e acolhimento da diversidade. O gestor precisa atingir as diferentes esferas de grupos do qual se relaciona em seu local de trabalho. Primeiramente, o grupo de professores, talvez este grupo saiba muito sobre o assunto, logo as formações poderão servir como um momento de troca de experiências e aperfeiçoamento para tornassem multiplicadores de ideias e agentes de ações. Em paralelo, o grupo de funcionários, alunos e comunidade (família, Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar).

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

As crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais encontram, em geral, muitas dificuldades de integração dentro da escola, não só em decorrência do pré-conceito dos outros alunos, mas também por sua baixa autoestima e pouca sociabilidade. No caso de portadores de deficiência auditiva, embora não tenham problemas de locomoção nem dependem tanto do apoio familiares para frequentar a escola, na maioria das vezes, formam grupos isolados, com dificuldades de integração, alta agressividade, pouca participação nas atividades da comunidade, pouco ou nenhum acesso à produção cultural e muita dificuldade de aprendizagem a sociedade. Às vezes, nem consegue se comunicar com os portadores de deficiência auditiva e raramente, enxerga suas potencialidades, apenas suas limitações.

Ações em arte-educação é o foco deste estudo que ao mesmo tempo em que envolve a comunidade, abrem espaços para a participação dos portadores de deficiências sensitivas, físicas ou motoras. Assim, por meio de atividades lúdicas e artísticas, a comunidade aprende a conviver com as diferenças, o que favorece a superação dos preconceitos, e os portadores de deficientes fortalecem sua autoestima e sociabilidade.

Para tornar este estudo sobre gestão denominado *Ações Inclusivas para alunos com deficiência auditiva* realmente observamos uma unidade escolar, situada e mantida pela prefeitura de São Paulo, no qual atende em três turnos alunos do quinto ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio, ou seja, dos dez anos até dezoito anos de idade. Atende uma clientela onde encontramos



vários alunos com deficiência auditiva entre outras deficiências, e com base nas necessidades da clientela, dos professores juntamente com a equipe técnica, os alunos e a comunidade organizaram um projeto de Teatro para Portadores de Deficiência Auditiva, desenvolvendo atividades comuns entre ouvintes e não-ouvintes.

É importante ressaltar que muitas unidades escolares na região de São Paulo possuem alunos com deficiência auditiva, ou seja, estes alunos já efetivaram sua matrícula na classe comum, mas esses dados não garantem que esses alunos estejam participando de todas as atividades desenvolvidas na escola, que estejam usufruindo de todos os equipamentos e materiais, utilizando os diferentes ambientes e principalmente, que estejam tendo uma aprendizagem significativa.

12

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de dezembro de 1996, os alunos com deficiência possuem o direito de estudarem na rede regular de ensino:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]
Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;



II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (BRASIL, 1996)

Anteriormente, a maior parte das crianças portadoras de necessidades educativas especiais estudava em instituições ou em classes especiais, sendo poucos os alunos que frequentavam o sistema regular de ensino. De acordo com o Ministério da Educação, a nova legislação inverte esse quadro: a maioria das crianças passa a ser atendida na escola regular, com apenas alguns casos prosseguindo sua escolarização em escolas ou classes especiais.

Essa integração é geradora de muitas polêmicas, principalmente, no que se refere ao preparo dos profissionais em lidar com a deficiência; a integração com os demais alunos e os benefícios e complicações de tal inclusão. Dessa forma, surge a necessidade em estudar o contexto da inclusão.

Cabe ao gestor proporcionar formações acerca do contexto da inclusão, atingindo as diferentes esferas de grupos do qual se relaciona em seu local de trabalho: o grupo de professores, alunos e comunidade. Em relação ao contexto de inclusão auditiva é importante destacar que a Lei Federal nº. 10.098 – de 19 de dezembro de 2000 no capítulo VII fala sobre a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização:

Art. 17 O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18 O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa



portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.
(BRASIL, 2000)

Há ainda o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº. 10.098, este decreto trata de como deve ser a educação dos alunos surdos e definiu formas institucionais para o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, visando o acesso das pessoas surdas à educação:

A Educação de Pessoas Surdas se constitui por meio de programas de desenvolvimento educacional com enfoque bilíngue, onde escolas e turmas são abertas aos alunos surdos e ouvintes. As instituições de ensino, da educação básica e da educação superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, proporcionando o acesso à comunicação, à informação e à educação. A Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa são línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. A modalidade oral da Língua Portuguesa deve ser ofertada no atendimento educacional especializado preferencialmente em turno contrário à escolarização. (BRASIL, 2005)

Dessa forma, o gestor por meio de uma análise e observações chega ao problema: “Como incluir os alunos deficientes auditivos? Que tipo de ações inclusivas deve ser realizadas? Como todos podem ficar envolvidos? Que ações o gestor escolar pode proporcionar para que efetivamente as esferas de pessoas que convivem na escola e com a escola podem ser motivadas a agir inclusivamente para que os alunos deficientes auditivos sejam acolhidos na escola e sociedade?”.

Assim este estudo sugere, como um dos caminhos para alcançar estas respostas, a atividade teatral, visto que esta ajuda no resgate da cidadania e na inserção social dos não-ouvintes e colabora na superação dos preconceitos por parte dos ouvintes.

RAZÃO DA DEFESA DESSE PENSAMENTO

Torna-se necessário repensar a educação e refletir sobre os novos desafios que surgem no cotidiano escolar, mas principalmente aqueles relacionados



com a inclusão de crianças especiais no ensino regular e que exigem mudanças em *todos* nós, por isso, é um trabalho longo e desafiador.

Para tanto, se justifica essas ações inclusivas para alunos com deficiência auditiva, acreditando-se, como já exemplificado, na importância não apenas do acesso, mas na qualidade de ensino. Também acreditando no gestor tendo a atribuição de motivar a escola a fazer acontecer à inclusão de crianças com necessidades especiais nas séries iniciais do ensino regular, bem como embasando o trabalho dos professores envolvidos nessa experiência de derrubar barreiras e enfrentar o desafio de trabalhar com a diversidade em sala de aula.

Percebe-se que os professores atualmente não dispõem de técnicas ou métodos práticos sobre inclusão para colocar em prática, de fato, ninguém está preparado para ela. Assim, o grande desafio é construir subsídios e embasamentos teórico que possa orientar e ajudar os professores a superarem as dificuldades e anseios que permeiam o processo ensino aprendizagem com crianças especiais incluídas no ensino regular.

- Conhecer o histórico da Educação Especial, em foco a deficiência auditiva no Brasil.
- Buscar através da literatura a diferença entre termos tão distantes e ao mesmo tempo tão integrados como: exclusão, integração e inclusão.
- Reconhecer como se dá o desenvolvimento cognitivo da criança.
- Questionar a escola enquanto espaço inclusivo. Onde estamos e onde queremos chegar?
- Promover o debate, a troca de ideias e a reflexão sobre as práticas pedagógicas inclusivas no espaço escolar.
- Uso da Língua de Sinais Brasileira para comunicação.
- Valorizar as habilidades do deficiente auditivo, no que diz respeito à sua capacidade de comunicação visual e pantomímica.
- Romper a barreira entre a comunidade ouvinte e a surda.
- Elevar a autoestima dos envolvidos e de suas famílias.
- Resgatar para os alunos surdos, a importância da escola e do processo de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA ANCORADA



Oferecer formações a respeito de assunto Ações Inclusivas para alunos com deficiência auditiva em Reuniões Pedagógicas, Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e Reuniões do Conselho Escolar e Associação e Pais e Mestres e atingir o maior número de pessoas por meio de formações iniciais e continuadas com a finalidade de formar multiplicadores do uso da Língua de Sinais Brasileira.

Buscar parcerias com professores ou voluntários, instituições e/ou organizações não-governamentais para implementar uma oficina de aprendizagem de Libras (Língua de Sinais Brasileira) para que todos os atores da escola: professores, alunos, funcionários, pais, comunidade e outros tenham acesso e aprendam a Libras para comunicar-se com alunos surdos (deficientes auditivos).

Discutir com os funcionários da escola e Conselho Escolar ideias e ações educativas dentro do Projeto Político Pedagógico para alcançar os seguintes objetivos específicos no âmbito conceitual, procedimental e atitudinal.

Implementar uma oficina de teatro. Esta oficina será aberta a todos os que querem participar, sem processo de seleção.

Cabe aqui ressaltar que a unidade, da qual já citamos anteriormente, buscou soluções, e implementou a oficina teatral. A unidade escolar proporcionou a todos os interessados a oportunidade de participação, contudo o público-alvo das ações eram os portadores de deficiência auditiva na faixa etária de nove a dezoito anos. Cerca de 800 pessoas faziam parte da ação. Destas, dezoito tem problemas de surdez. As turmas eram dívidas por faixa etária e os alunos ouvintes frequentavam o curso por um ano. Os portadores de deficiência auditiva e os alunos de terceira idade (comunidade) podiam frequentar o curso por tempo indeterminado. As aulas eram ministradas aos sábados por monitores da comunidade e professores da unidade que recebiam orientações técnicas para exercer a função. Neste treinamento inclui-se a Língua Brasileira de Sinais. Durante as aulas, havia momentos de interação entre os alunos ouvintes, dependendo dos exercícios e do grau de interação que possuíam com as outras crianças e adolescentes. Uma vez ao ano, a unidade escolar organizava apresentação teatral para a comunidade.

RELATO DA IMPLANTAÇÃO NA UNIDADE ESCOLAR



Como já citada anteriormente, em uma unidade escolar, situada na região de São Paulo, foi implantado o projeto de Oficinas de Teatro. Estas oficinas começaram a funcionar para a comunidade em dezembro de 2009. A partir da iniciativa de uma professora que já trabalhava com portadores de deficiência auditiva, o projeto abriu uma turma voltada para este público. O primeiro passo foi a capacitação do grupo de monitores de teatro na Língua Brasileira de Sinais.

Houve também um período de adaptação dos alunos portadores de deficiência auditiva, uma vez que eles tinham pouco ou nenhum contato com atividades artísticas. Em um primeiro momento, estes alunos faziam apenas exercícios de aquecimento com os alunos ouvintes: cada semana uma turma diferente. Desta forma, foi possível adaptá-los ao curso e as outras crianças, da mesma forma que os outros alunos foram aprendendo a entendê-los e respeitá-los.

Durante o segundo semestre de 2009, foram trabalhadas a integração, sensibilização e socialização do grupo. Por meio de jogos e exercícios lúdicos que visavam a descoberta do corpo, os alunos foram levados ao reconhecimento dos sons procedentes ao batimento cardíaco e da respiração. Desse modo, estimulados para a dança espontânea e a improvisação cênica, o que criou condições para participarem de aulas em conjunto com outras turmas de ouvintes. Atualmente, as crianças portadoras de deficiência auditiva estão totalmente integradas com os alunos ouvintes, participando, inclusive, das mesmas aulas.

Os recursos necessários para o desenvolvimento dessas ações envolvem coordenadores, professores e monitores, dos quais dois em específico se dedicam à turma de portadores de deficiência auditiva.

O acompanhamento do projeto, a contratação dos monitores os materiais necessários e a capacitação em arte-educação dos professores são de responsabilidade dos órgãos mantenedores da unidade escolar.

É importante apontarmos os obstáculos enfrentados. A principal dificuldade é a falta de recursos. Apesar da colaboração do órgão responsável esta verba não pode ser canalizada para todas as necessidades, desta forma fica limitada as possibilidades estipuladas pela organização e nem sempre atende as necessidades existentes nas ações.

Outra dificuldade encontrada junto aos pais, que não acreditavam no potencial de seus filhos. Ao entrarem em contato com o trabalho desenvolvido nas Oficinas de Teatro, ficaram sensibilizados para a importância que essa iniciativa



representa para os seus filhos, uma vez que favorece a conquista de mais uma autonomia. Rotineiramente as dificuldades relativas à integração, sociabilidade e elevação de autoestima vêm sendo avaliadas e trabalhadas nas Oficinas.

O preconceito da comunidade, no entanto, continua sendo um grande desafio a ser superado. O acompanhamento do projeto, a contratação dos monitores foi feita com verbas da escola, onde alguns deles se dedicam aos portadores de deficiência auditiva. O custo anual do projeto de Oficinas de Teatro é financiado com verbas da prefeitura e com a participação e colaboração da comunidade local.

RESULTADOS DAS AÇÕES PRATICADAS

O Projeto de Teatro para Portadores de Deficiência Auditiva é um primeiro passo para garantir a cidadania de crianças e adolescentes portadores de deficiência auditiva.

Na medida em que percebem novas possibilidades de serem compreendidos, não apenas pelos familiares e professores, mas pela comunidade em geral, apesar de sua limitação sensorial, reconhecem-se como sujeitos de suas próprias vidas.

Várias pessoas da comunidade, interessadas em se comunicar e conhecer mais os portadores de deficiência auditiva requisitaram que abrisse um curso de Língua Brasileira de Sinais à população em geral, e não restrito aos monitores.

Houve uma melhora na participação dos alunos portadores de deficiência auditiva na escola formal. As crianças ouvintes passaram a valorizar mais a escola e a se relacionar melhor com os alunos ouvintes e seus pais passaram a se envolver mais no processo educativo, para garantir o atendimento às necessidades especiais de seus filhos.

Para exemplificar, havia uma aluna portadora de deficiência auditiva que não conseguia se adaptar à classe regular e estava estudando em classe especial. Com o teatro, ela voltou para a classe regular, adequando-se muito bem, tanto em relação ao acompanhamento das disciplinas, como em relação à integração com as outras crianças.



Antes de frequentarem as aulas de teatro, a maioria dessas crianças e adolescentes ia de casa para a escola e da escola para casa, não se interessando por mais nada, nem mesmo pela leitura. Percebe-se, atualmente, uma grande mudança de comportamento. O interesse por outras coisas cresceu e essas crianças estão muito mais confiantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi apresentada uma breve visão acerca de como a escola por meio de uma gestão ética, coerente e comprometida com a inclusão, especialmente de alunos com deficiência visual, pode favorecer um ambiente propício ao desenvolvimento e sucesso do aluno em todas as suas potencialidades e condições. Para isso, é necessário a importância de um líder firme, comprometido, que saiba dialogar e interagir com seu grupo e que recorra a um bom planejamento, capaz de transformar todas as ações do entorno e seio escolar, no processo de ensino e aprendizagem com foco na inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASILIA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a Integração de alunos portadores de deficiência no ensino regular**. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo. Editora SENAC, 1997.